

Efeitos e imagens da mobilização civil na cidade de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial

RONEY CYTRYNOWICZ

Universidade de São Paulo

No início do mês de dezembro de 1944, durante a Segunda Guerra Mundial, poucas semanas após os cinemas da cidade de São Paulo terem exibido o filme *Perigo Amarelo* — referência evidente a uma suposta ameaça do Japão —, com Bela Lugosi ("o mestre do terror contra os traidores agentes japoneses", como o filme era anunciado), o jornal *Correio Paulistano* alertou que a cidade estava se defrontando pela primeira vez com a figura do "torpedeiro suicida da armada japonesa".¹

Este artigo tentará — a partir de uma conjuntura específica da história urbana de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial, a suposta ameaça de uma invasão japonesa, a "crise" de abastecimento e o "alarme" diante da sensação de multidão em desordem no segundo semestre de 1944 — pesquisar as possibilidades de uma abordagem ligada à história do cotidiano e sua contribuição para uma nova compreensão sobre o impacto, os efeitos e o lugar da Segunda Guerra Mundial em São Paulo.² É interessante avaliar qual foi o impacto da guerra ao mesmo tempo em que os discursos produzidos sobre o conflito, na época, pelo governo e, depois, pela memória coletiva e pelos historiadores. É interessante igualmente recuperar a história do país e da cidade de São Paulo durante a guerra, já que a cidade tornou-se nos anos 1940 um pólo econômico, político e cultural.

A Segunda Guerra Mundial definiu a constituição de um processo iniciado com a Primeira Guerra Mundial: a total indistinção entre campos civil e militar, de forma que todos os setores da vida de uma população tornaram-se sujeitos à mobilização e, igualmente, alvo de ataques com armas de

roncytryn@cwaynet.com.br

destruição em massa. Com isso, os Estados passaram a constituir fronts internos, extensão do front militar e sem fronteiras entre as esferas civil e militar.³ Com a Segunda Guerra Mundial, a questão é examinar como se dá este processo de mobilização para a guerra e de constituição do front interno em um país que não viveu conflitos militares em seu território, como o Brasil. Outras fronteiras, entendidas aqui como metáfora, entre Estado e sociedade, entre cultura oficial e popular, entre classes médias e operários, entre homens e mulheres, foram rompidas, acionadas e mobilizadas pelo governo de Getúlio Vargas.

Em dezembro de 1944, a Força Expedicionária Brasileira (FEB), enviada em junho para lutar junto aos Aliados na Europa, travava seus mais duros combates no norte da Itália, com os ataques mal sucedidos a Monte Castelo (afinal tomado em 21 de fevereiro de 1945). No Brasil, várias iniciativas de mobilização da população civil eram engendradas pelo governo Getúlio Vargas e a cidade de São Paulo vivia uma relativa crise de abastecimento de combustíveis e uma certa escassez de itens de alimentação, como farinha de trigo, carne, sal e açúcar. Um sistema de quotas vigorava, mas esta escassez não teve nenhuma intensidade mais dramática que pudesse significar uma escassez absoluta ou fome.

Embora o Brasil tenha enviado 25.334 soldados à Itália (451 foram mortos em combate), o país jamais sofreu um impacto militar direto, não sofreu bombardeios nem invasão. A única presença afetiva da guerra no território nacional foram as bases norte-americanas no Nordeste e os cerca de 20 navios brasileiros afundados na costa do país em 1942, provocando 740 mortes. Mas estas afundamentos não eram parte de um plano de invasão por parte da Alemanha nazista e não foram percebidos assim no Brasil, embora tenham causado impacto na população do país.

A história do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial não tem sido praticamente pesquisada pelos historiadores. A historiografia escrita no Brasil já analisou aspectos do jogo diplomático, tema que tem sido o mais explorado quando se analisa este período. Secundariamente, algumas poucas interpretações sobre a economia do período — devido às restrições às importações que teriam promovido oportunidades de desenvolvimento industrial interno — e, com mínimas referências, alguns trabalhos mais jornalísticos e registros de ex-combatentes sobre aspectos militares da participação brasileira, tema ainda praticamente não estudado por historiadores.⁴

Afora estas poucas referências, o período da guerra é tratado como se seu impacto e sua repercussão sobre o Brasil, em todos as suas dimensões e intensidades, fosse evidente, dada a magnitude e o lugar central que a Segunda Guerra Mundial ocupa na história do século 20. O problema é que

esta referência sobre o impacto da guerra é quase sempre externa ao objeto de estudo e este impacto é afirmado como um dado inquestionável, sem que se estabeleçam, no entanto, mediações, nexos causais efetivos, sem que se estabeleça uma interpretação consistente sobre o impacto efetivo e o lugar da guerra na história do país.⁵ Esta ausência nas pesquisas pode ser notada, por exemplo, quando se lê os trabalhos clássicos de história econômica: não existe consenso sobre os impulsos à industrialização nos anos da guerra.⁶ Nestas linhas de interpretação, as fronteiras parecem absolutamente demarcadas, sendo a guerra um evento externo às fronteiras brasileiras, mas que teria repercutido internamente.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o governo Getúlio Vargas definiu várias iniciativas de mobilização civil para a guerra e de constituição de um front interno. Muitas destas iniciativas, especialmente as que tinham como suporte as classes médias urbanas, foram de fato efeitos de mobilização ou efeitos de alinhamento pró-Estado Novo e, por extensão, em 1944, pró-Aliados. Estas ações sobrepujaram objetivos políticos do Estado Novo e sua concepção de sociedade e tomaram, genericamente falando, a guerra como um alibi e um modelo de sociedade militarizada.

A constituição do front interno serviu, assim, à consolidação de uma ordem interna que tinha como modelos, por exemplo, escoteiros para os meninos e enfermeiras para as meninas, ambos entendidos como disponibilidade total de servir em um sistema de disciplina militar e devoção incondicional à pátria. Com o envio de um grupo de enfermeiras junto à FEB e à FAB, a enfermagem tornou-se o grande instrumento de mobilização das mulheres de classe média, permitindo que se engendrasses uma das mais poderosas imagens de guerra: a da mãe-pátria, que estenderia seus cuidados maternos aos soldados no campo de batalha, arrefecendo o horror da guerra. Este apelo dirigia-se a mulheres classe média que tinham na profissão de enfermagem, como no magistério, um dos únicos canais de ascensão social e profissional nos anos 1940.

Ao mesmo tempo, no que se refere aos setores operários, à população urbana pobre e aos imigrantes em São Paulo (na capital do Estado e em inúmeras comunidades rurais), a mobilização e a constituição do front interno não foram um "efeito" de alinhamento. Foram uma intervenção militar brutal, instituindo de fato um regime de mobilização propriamente militar. Operários foram transformados em "soldados da produção", fábricas em unidades militarizadas da "batalha da produção" e os imigrantes, especialmente os japoneses, mas também alemães e italianos, em inimigos da Pátria.

As políticas de mobilização das classes médias e altas nunca foram efetivas também em função de uma ambigüidade estrutural do governo Getúlio

Vargas em relação ao seu posicionamento político diante dos países do Eixo. Conforme ele próprio anotou em seu diário, uma articulação política mais efetiva pró-Aliados significaria o próprio fim do regime, o que ocorreria em 1945.⁷

No campo da memória coletiva, a surpreendente falta de referências da guerra tendo como suporte a cidade de São Paulo, a mais populosa do país, é um dado significativo mais de cinquenta anos após a guerra, evento central do século 20. Não existem referências importantes à Segunda Guerra Mundial em monumentos, praças, ruas e quaisquer referências geográficas da cidade. Tampouco existem cerimônias cívicas e a guerra não está integrada a nenhum calendário de celebrações. Igualmente praticamente não existem diários ou memórias,⁸ poesias⁹ ou músicas populares que lembrem a guerra de forma marcante enquanto registro de memória coletiva da população (embora existam duas ou três dezenas de dignos diários de ex-combatentes). Segundo a crítica literária Regina Igel, referindo-se à produção literária na época, "uma generalizada sensação de distanciamento psicológico em relação aos acontecimentos europeus durante a Segunda Guerra Mundial permeia a disposição dos literatos brasileiros".¹⁰

Os soldados mortos, que enfrentaram diretamente o horror da guerra, são reverenciados apenas em cerimônias restritas às Forças Armadas. Esta ausência é ainda mais significativa se comparada à Revolução de 1932, em que uma ampla aliança de São Paulo lutou contra o governo federal de Getúlio Vargas, uma guerra interna que opôs as oligarquias do café paulistas, que defendiam um regime constitucional, ao governo Vargas e oligarquias regionais, que estiveram fora do poder até a chamada Revolução de 1930. A Revolução de 1932 é uma espécie de marco fundador de uma certa nacionalidade paulistana intensamente celebrada, associada ainda ao Bandeirantismo, o movimento de internalização da colonização por expedições portuguesas que buscavam ouro e contribuíram para a destruição das populações indígenas do país.

Fora do território dos poucos estudos de história e das referências secundárias em pesquisas acadêmicas, o registro de memória sobre o período da guerra, quando emerge no país, tem estado muitas vezes sob um enfoque de humor e de deboche. Os dois principais longa metragens realizados, nos anos 1990, sobre o Brasil durante a guerra ficam neste registro. *Rádio Auriverde* debocha abertamente dos pracinhas brasileiros e causou uma justa e amarga reação dos ex-combatentes quando de sua estréia. O filme, com imagens inéditas de soldados brasileiros no front, preferiu tornar a guerra uma paródia e ridicularizar a atuação da FEB, sem qualquer respeito pela memória dos soldados. Já o filme *For All*, sobre a presença da base militar norte-americana em Natal, Rio Grande do Norte, preferiu tratar o tema

como uma descomprometida comédia de costumes, abordando a cultura norte-americana por meio de clichês, apenas sugerindo superficialmente que o impacto desta base pode ter sido profundo e duradouro na cidade.¹¹

O tom de deboche e de incredulidade com que a guerra muitas vezes é referida encontra-se mesmo em testemunhos de jornalistas e ex-combatentes. Em prefácio à primeira edição do livro (editado em 1983) de Joel Silveira, que foi correspondente de guerra junto à FEB, outro correspondente, Rubem Braga, escreve que, quase 40 anos após a formação da FEB, as perguntas aos próprios correspondentes têm sido: "Mas o Brasil entrou mesmo na guerra? É verdade que a guerra para os brasileiros foi uma passeata paga pelos americanos? Aquilo lá era uma farra formidável, não era?".¹² A pergunta, feita 40 anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, era a mesma feita pelos próprios pracinhas às vésperas da partida para a Itália. "Estávamos mesmo em véspera de embarque. O Corpo Expedicionário tivera o nome mudado para Força Expedicionária Brasileira. O Brasil tirou o corpo fora — diziam os engraçadinhos irresponsáveis, a par de inúmeras outras piadas, que demonstravam o cepticismo popular quer quanto ao embarque, quer quanto à eficiência da ajuda que se poderia prestar aos Aliados", escreveu o crítico literário e ex-combatente Boris Schnaiderman em seu livro ficcional de testemunho sobre a FEB.¹³

Para parcelas significativas da população brasileira, a guerra foi muito mais um cenário externo, notícias de cinejornais norte-americanos, de jornais e de rádio, em que os mortos eram personagens distantes, apenas às vezes, como no caso dos afundamentos, chegando ao litoral do país. O historiador Bóris Fausto lembra em suas memórias de infância, editadas em 1997, que "os milhões de mortos e feridos, aqui na periferia, eram apenas figurantes dos jornais cinematográficos de atualidades, onde o sangue não escorria".¹⁴ Uma pequena história ilustra ainda este ponto: ao ouvir pelo rádio em um café a notícia do estado de guerra decretada por Getúlio Vargas, em 31 de agosto de 1942, o então sargento do Exército Francisco Pinto Cabral — seguindo o regulamento militar — correu para sua casa, colocou a farda e apresentou-se imediatamente ao oficial de dia no QG do Exército. Este, já fora do expediente rotineiro, recebeu-o com displicência e recomendou que Cabral voltasse para casa e se apresentasse a sua unidade no dia seguinte.¹⁵

As notícias publicadas no país sobre a participação dos soldados brasileiros eram quase sempre em tom épico, sem revelar a morte, a dor e o terror do front. A população de uma cidade como São Paulo certamente acompanhava o dia a dia das batalhas na Europa, no Pacífico, nas diárias manchetes dos jornais brasileiros e nos cine-jornais e longa-metragens norte-americanos, mas a guerra jamais foi o tema central do cotidiano da população. A questão, então, é entender o lugar de um país periférico ao conflito nos anos da guerra

e como o país se inseriu em uma guerra que foi, sem dúvida, mundial e cujos efeitos produziram um realinhamento de forças no mundo e levaram à democratização do regime brasileiro em 1945. É evidente que do ponto de vista da política interna, a mobilização civil e militar engendrada em torno da guerra foi central nas estratégias políticas de Vargas e do Estado Novo. A ideologia do trabalhismo, por exemplo, tornou-se mais enfática com a mobilização em torno da guerra.¹⁶

Entre 1937 e 1945 o Brasil esteve submetido ao "Estado-Novo",¹⁷ governado ditatorialmente por Getúlio Vargas que tomara o poder em 1930, na chamada Revolução de 30, em parte contra as oligarquias do café baseadas nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Vargas era apoiado por outras oligarquias regionais, como as do Rio Grande do Sul, e teve apoios em setores médios urbanos. Seu governo foi marcado pela constituição de um projeto nacional autoritário e centralizador, com a criação de inúmeros órgãos de desenvolvimento econômico e social e planos de integração e desenvolvimento do país. Em 1937, ele deu um golpe dentro do golpe e impôs uma Constituição, conhecida como "polaca", caracterizada pelo autoritarismo e pelo fechamento do Congresso Nacional e de todas as câmaras legislativas estaduais e municipais, pela repressão e censura política. O Estado Novo tinha identidades ideológicas com o fascismo italiano, mas permanece em aberto um campo de interpretações e debates sobre a natureza ideológica e política deste regime, se mais autoritária ou mais próxima ao fascismo.¹⁸

Vargas mantinha efetivamente vários pólos contraditórios dentro da estrutura de poder e fazia conviver uma polícia violenta, uma política externa muitas vezes pró-Estados Unidos, um nacionalismo exacerbado e xenófobo, também anti-imigrantes e com expressões anti-semitas marcadas,¹⁹ uma política trabalhista populista que instituiu as primeiras leis trabalhistas e o sistema de previdência social ao mesmo tempo que proibiu sindicatos livres e prendeu seus dirigentes, atrelando os sindicatos ao Estado. O Estado Novo manteve também uma política cultural que conciliava um projeto pedagógico que via o escotismo como modelo para a juventude ao mesmo tempo que atraía inúmeros artistas ligados ao Modernismo. Entre uma oscilação ideológica pró-fascista e mesmo pró-Alemanha e um certo jogo para auferir vantagens econômicas, aproveitando as oportunidades econômicas criadas pela competição entre Alemanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos, Vargas rompeu relações com o Eixo em janeiro de 1942, cedeu bases aos Estados Unidos em cidades do Nordeste do país e enviou a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e Força Aérea Brasileira (FAB) à Europa em junho de 1944.

Medidas e efeitos da mobilização civil

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, durante os anos da Segunda Guerra Mundial, várias iniciativas de mobilização da população civil foram definidas pelo governo federal e pelos estaduais: a criação de um serviço de defesa civil passiva anti-aérea, cursos de socorristas de guerra, exposições de alerta contra os "inimigos", publicações de manuais de defesa civil, exercícios de black-out, campanhas como a do "Pão de Guerra", das vitaminas (que aliavam um racismo eugenista com idéias de "robustecer" a população e torná-la "saúdável") e da "Horta da Vitória", para estimular a produção caseira de verduras e legumes, a utilização do gasogênio, como alternativa ao uso da gasolina, entre outras. Filmes de cine-jornais do DIP, anúncios em revistas, propaganda para comprar bônus de guerra e uma tentativa de cooptação da música popular no Rio de Janeiro, especialmente o samba, para produzir letras de exaltação à pátria, foram articuladas, mesmo que difusamente, pelo governo federal. No caso do samba, por exemplo, houve igualmente resistência e recusa dos músicos em se enquadrar na mobilização que misturava alinhamento político com submissão cultural.²⁰

Os Serviços de Defesa Passiva Antiaérea haviam sido definidos pelo governo federal em fevereiro de 1942 (Decreto-Lei n° 4.098, de 6 de fevereiro de 1942).²¹ Todos os brasileiros ou estrangeiros residentes e maiores de 16 anos poderiam ser mobilizados a serviço da pátria por um período de no máximo dez dias úteis por ano, para as tarefas de proteção contra gases, remoção de intoxicados, enfermagem, vigilância do ar, prevenção e extinção de incêndios, limpeza pública, desinfecção, policiamento e fiscalização da execução de ordens, construção de trincheiras e abrigos de emergência. Para isso, era obrigação receber instruções sobre o serviço e o uso de máscaras, possuir os meios de defesa individual, recolher-se ao abrigo, interdição de ir e vir, a sujeitar-se às ordens prescritas para dispersão, atender ao alarme, extinguir as luzes e obedecer à proibição de acionar automóveis.

Os trabalhadores da indústria têxtil, setor mais dinâmico da indústria paulista, sofreram direta intervenção militar por meio do Decreto-Lei 6.688 de 13 de julho de 1944, que suspendeu vários dos direitos trabalhistas recém implantados com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. Em 1944 foi criada uma Comissão Executiva têxtil com oito representantes da indústria, cinco do governo e nenhum dos trabalhadores. A Comissão tinha poder para transferir trabalhadores de um estabelecimento para outro dentro da mesma cidade e nenhum trabalhador poderia mudar de emprego sem autorização oficial. Segundo o oficial da FEB Demócrito Cavalcanti de Arruda, o único esforço sério de mobilização industrial tentado pela

Coordenação de Mobilização Econômica foi no setor têxtil, e ocorreu sob pressão patronal.²²

"A importância das retaguardas, crescendo na proporção dos compromissos militares, despertou a designação de 'batalha da produção', de vez que o seu concurso de expressa deveras inestimável, ao passo que não se coloca imune à ofensiva inimiga pelo risco dos raids aéreos (...) Assim é que, tão bons soldados como os que integram os corpos de vanguarda, os operários podem e devem, com o tributo de seu esforço magnífico, contribuir para o mais rápido e completo êxito da campanha (...)", escreveu o tenente coronel Inácio de Freitas Rolim em novembro de 1943 em uma publicação oficial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.²³

Entre 1939 e 1943, a indústria têxtil cresceu a uma taxa diferenciada na economia e ao mesmo tempo houve desabastecimento no mercado interno. Um Convênio Têxtil celebrado entre o setor e o governo em 1943 definia que 10% de toda a produção seria vendida como "tecidos populares" com preço controlado, contrapartida determinada pelo governo para garantir a oferta interna. Todos os dados disponíveis daqueles anos dão conta de que o setor não investia em novas máquinas, havia desperdício de materiais e de combustível, muitas vezes os empresários ludibriavam os compradores fabricando tecidos de qualidade inferior à anunciada, os salários eram baixos, as jornadas de trabalho eram as mais longas, em média, da indústria e a produtividade era baixa. Apesar disso, lucros extraordinários foram conseguidos durante a guerra, gerados em uma conjuntura favorável no mercado internacional e garantidos pela intervenção militar na produção, pela suspensão dos direitos trabalhistas, pelos preços altos e pelo desabastecimento do mercado interno.

Uma severa política atingiu, por sua vez, os imigrantes considerados "Súditos do Eixo". Empresas foram expropriadas, funcionários foram demitidos e os imigrantes foram proibidos de falar línguas que não o português e de imprimir jornais. Os imigrantes japoneses foram expulsos de suas casas no litoral e em regiões da cidade de São Paulo. Houve uma repressão mais violenta e dirigida contra os imigrantes japoneses,²⁴ mais atingidos que imigrantes italianos e alemães,²⁵ o que provocou uma violenta desestruturação da comunidade nipo-brasileira, de tal forma que a Segunda Guerra Mundial tornou-se a trágica data-chave de periodização da inserção dos imigrantes em São Paulo. Um certo consenso dominado pela memória tende a justapor, na cidade de São Paulo, italianos, alemães e japoneses como os cidadãos dos países do Eixo que teriam sofrido, igualmente, restrições no país, especialmente quanto ao uso e ensino de suas línguas de origem e, em muitos casos, desapropriação de bens. Mas, muito diferente de italianos e alemães, que em São Paulo de fato foram impedidos de falar publicamente

suas línguas de origem e manter seu ensino regular — a exemplo de outras línguas que não o português — foram os imigrantes japoneses as principais vítimas entre os cidadãos considerados súditos de países inimigos na cidade de São Paulo (este processo é inteiramente diferente em outras localidades, como no sul do país).

Violentemente discriminados pelo núcleo ideológico do Estado Novo, os imigrantes japoneses passaram a viver em um limbo cultural e social que desestruturou suas comunidades. Aos olhos do Estado Novo, toda manifestação de cultura japonesa era considerada suspeita de sabotagem. A hipótese desta pesquisa é que o racismo anti-japonês era intenso no núcleo ideológico do Estado Novo e entre parte das elites brasileiras desde pelo menos os anos 1920 e que a guerra, o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos (especialmente após o ataque a Pearl Harbor) e o panamericanismo, definiram uma conjuntura que fez irromper este racismo em políticas discriminatórias por parte do Estado. A Segunda Guerra Mundial deixou uma profunda marca de mortes, dor e sofrimento no interior do grupo nipo-brasileiro em São Paulo, estabelecendo um corte histórico e de memória coletiva, muitas vezes submetido ao mais doloroso silêncio entre as novas gerações de filhos e netos de imigrantes.

Novo personagem urbano

É essa política anti-japonesa que permite compreender a imagem do "torpedeiro suicida da armada japonesa", engendrada em dezembro de 1944. Esta imagem não poderia ser mais ameaçadora para designar um novo "personagem" urbano que surgia não nos confins de alguma metrópole do Pacífico em guerra, mas nas ruas centrais da cidade de São Paulo.

Durante a guerra havia, em São Paulo, uma propaganda oficial em torno da ameaça de uma suposta iminente invasão japonesa pelo litoral de São Paulo, que estaria aliada à quinta-coluna local. Rumores sobre submarinos na costa e planos de invasão não eram raros. A idéia de 'invasão japonesa' era disseminada pela cidade durante a guerra, segundo o cronista Jorge Americano: "As costas do Brasil estão infestadas de pescadores japoneses. São Paulo está colonizado de japoneses de leste a oeste. Os submarinos alemães já estão rondando as nossas costas".²⁶ As anotações de Jorge Americano, registradas em três volumes de crônicas e reminiscências, costumam revelar gostos e temores das classes altas paulistanas. Mesmo que a possibilidade de um ataque contra São Paulo, por mar ou por ar, fosse inteiramente inverossímil, esta (im)possibilidade era atribuída aos imigrantes japoneses.

Referido obviamente a uma suposta ameaça japonesa, que retomava a

fantasia do "perigo amarelo" de décadas anteriores, quem era este "torpedeiro suicida"? Tratava-se, esclareceu um jornal, da figura do pingente, que viajava pendurado no balaústre do bonde. Simultaneamente surgia também um tipo precursor do "surfista" de trem, que viajava na cobertura dos elétricos. O que se dizia contra o pingente? O "pingente amador", considerado uma aberração que proliferava como "erva daninha", era tanto mais inaceitável porque viajava no estribo "por gosto, porque prefere ir pendurado do lado de fora do carro, atrapalhando o serviço do cobrador e impedindo a saída e a entrada dos que desejam ir sentados. É o inimigo da comodidade alheia, o inconsciente que vai dar com os ossos num catre da Santa Casa ou na mesa do necrotério porque, mais dia menos dia, será vitimado num desastre, é o exibicionista, doente mental, que acha prazer em ser visto na ridícula posição de pingente".²⁷

Uma imagem de guerra, ameaçadora e fascinante, é utilizada para descrever uma certa percepção de transformações urbanas em São Paulo e para dramatizar, intensificar, uma percepção de caos. Na década de 1940 a cidade estava passando por importantes reformas urbanas, iniciadas nos anos 1920. Estas reformas significavam, entre outros aspectos, construir novas e "modernas" avenidas radiais que cortavam a cidade (a finalidade era "corrigir, um pouco, o aspecto provinciano da metrópole piratiningana",²⁸ escreveu o *Correio Paulistano*), o que pressupunha desalojar do centro da cidade os chamados cortiços e habitações coletivas e implicava em priorizar o transporte privado de automóveis. A ordem era derrubar esquinas e cantos e imprimir mais velocidade e linhas retas, de forma a modificar a paisagem urbana de uma cidade que os arautos do progresso considerava excessivamente "colonial" e "velha".²⁹

Caso contrário, seriam graves os problemas em uma cidade com "ruazinhas tortuosas, parques acanhados, centro provinciano e apertado (...) A audácia do sr. Prestes Maia salvou a Paulicéia do asfixiamento, dando-lhe os brônquios da Avenida Circular e os pulmões do Anhangabaú (...) A picareta vai derribando o obsoleto. As ruelas, mal contendo toda uma incalculável multidão, vão cedendo lugar a largas avenidas. Realmente, a cidade precisa de uma cirurgia violenta, corajosa, que lhe dê feição moderna de cidade arejada, ampla, com perspectiva e ângulos visuais dignos de sua situação e grandeza. As casinholas sucedem-se edifícios majestosos...", escreveu o *Correio Paulistano*, em um discurso que era extremamente sedutor para as classes médias e as elites. Idéias de modernidade, saneamento público e progresso econômico combinavam-se em vários planos, o mais conhecido deles sendo o Plano Prestes Maia de Avenidas dos anos 1920. Os anos da guerra foram pródigos em novas construções de prédios em São Paulo e em especulação imobiliária, acentuada pelo crescimento do sistema financeiro,

pelo crédito fácil e pela inflação. A discussão sobre a emergência em torno da guerra, com suas exigências de mobilização de homens e recursos, e discurso em torno de novos métodos racionais de trabalho, ganhou status de ciência e de suposta condição para o progresso da civilização local, cuja prioridade seria vencer os desafios conjunturais impostos pela guerra.

Uma fantasiosa preparação industrial-militar, planejada por Aldo M. de Azevedo em dezembro de 1942 e divulgada na mesma publicação oficial calculava que um exército em guerra exigiria uma retaguarda industrial de 5 a 20 industriários para cada soldado na frente de batalha. O país poderia mobilizar seis milhões de homens para a guerra, 15% da população, em 1942. Na hipótese mais baixa, seriam necessários 30 milhões de homens na indústria. Se fosse um milhão de soldados, seriam cinco milhões de trabalhadores industriais. Mas o país tinha apenas 1,25 milhão de trabalhadores industriais. Uma vez que cerca de 80% da população do país vivia no campo, seria do interior a contribuição de braços para a indústria. Para substituí-los na agricultura, trabalhariam mulheres e crianças.³⁰

"Uma formação de bombardeios pesados possui em seus motores quase tantos HP quanto se distribuem em energia elétrica, a S. Paulo ou ao Rio de Janeiro, para fins de iluminação, transporte e indústria", escreveu E.L. Berlinck em 1942 na *Revista do Serviço Público*, publicação que divulgava a modernização administrativa do Estado brasileiro. Para o autor, batalhas são ganhas, antes de tudo, na linha de montagem das fábricas, em capacidade de produção e de transporte. Os conflitos do século 20 são essencialmente industriais, escreveu, acrescentando que "a linha de montagem aparece-nos, pois, como o símbolo da liberdade e da vitória".³¹ Para isso, era preciso racionalizar a mão de obra e padronizar materiais. A administração dita moderna, em anos em que se definem na indústria paulista os métodos tayloristas de produção, enquadra-se perfeitamente nos objetivos da mobilização para a guerra. A guerra é ganha na fábrica, a fábrica exige racionalização do trabalho, o trabalho racionalizado exige homens adestrados e mobilizados. O que a princípio é recurso bélico, escreveu Berlinck, torna-se depois arma poderosa de concorrência comercial e países como o Brasil, que "desejam sobreviver", precisam adotar os novos métodos que, entre outras coisas, extraem "máximo proveito da mão de obra".

A guerra, de certa forma, foi vista como a oportunidade cabal de demonstração dos métodos da administração considerada moderna, que já estavam em ascensão mesmo antes dos anos 1930: "as oportunidades que se abrem e se renovam ao funcionário público para engrossar, com o seu concurso, o esforço de guerra, são numerosas e variadas", escreveu na *Revista do Serviço Público* Benedita Silva no Dia de Tiradentes, em solenidade promovida pela Liga de Defesa Nacional, conclamando todos os funcioná-

rios civis, carteiro ou amanuense, técnico de administração ou estatístico, oficial administrativo ou contador, a exercer permanente vigilância.³² Havia provavelmente uma razão adicional para tanto apelo patriótico aos funcionários públicos: eles contribuíam compulsoriamente com 3% dos seus salários para o esforço de guerra, adquirindo Obrigações de Guerra, que pagavam juros de 6% ao ano, de acordo com o decreto-lei 4.789 de 5 de outubro de 1942.³³

Durante a Segunda Guerra Mundial e especialmente em 1944, entretanto, certos limites objetivos aos projetos urbanos reformadores e modernizantes ficaram evidentes, especialmente a dimensão da infra-estrutura urbana e dos serviços públicos projetados e seu caráter excludente em relação a parcelas da população que já então ultrapassavam as previsões de população para a cidade, como veremos com as discussões em torno do uso do gasogênio. Fatores derivados da guerra na Europa, como dificuldades de importações devido ao bloqueio naval, associaram-se a questões do desenvolvimento urbano da cidade. O importante, no entanto, é entender como estas questões do cotidiano da cidade foram, de certa forma, capturadas pelo discurso e pelas políticas de mobilização para a guerra e especialmente para o Estado Novo. Em muitos casos, a mobilização civil para a guerra não passou de um alibi para o alinhamento da população em torno do Estado Novo. A emergência, o alarme e a crise criados em torno da guerra eram o alibi inquestionável para impor uma concepção autoritária de sociedade.

A imagem do kamikaze-pingente de bonde mostra um indivíduo disposto a toda destruição à custa do sacrifício da própria vida. Mas destruição de que ordem? A serviço de quem, recusada a fantasia racista anti-japonesa que tornava cada imigrante nascido no Japão um soldado a serviço de Tóquio? A guerra trouxe a imagem-fantasia da ordem absoluta de um poder imperial, divino, da lealdade cega garantida com a própria vida. À máxima percepção e fantasia de desordem e de indisciplina urbana em São Paulo, de multidão descontrolada, foi contraposta a máxima fantasia de ordem e de disciplina, de individualismo, o kamikaze, aliada ao ideal de sacrifício até a morte do indivíduo pela pátria. A figura do kamikaze, o torpedeiro suicida da armada japonesa, tomada como metáfora, pode ser compreendida como emblemática dos conflitos urbanos da cidade, dos seus contornos políticos e de como a guerra era apropriada, como metáfora, na cidade.

Havia naquele ano de 1944 uma situação e uma percepção singulares. Naquele ano, pela primeira vez, registrou-se de forma sistemática pessoas de pé nos bondes em movimento ou, pelo menos, a percepção do fenômeno foi registrada no noticiário e tornada um problema urbano, cuja caixa de ressonância eram os jornais consumidos pelas classes médias. A situação inédita de mais pessoas que lugares nos bondes — que transformava-se

rapidamente na sensação de multidão descontrolada, cujos corpos se tocavam sem controles no espaço público — levou o governo a regulamentar o número máximo de pessoas que podiam viajar naquela situação. Em determinados bondes que ofereciam mais segurança, como barras laterais, o número máximo permitido de passageiros viajando de pé foi fixado em sete. Já para os ônibus, foi permitido um excesso de dez passageiros nos grandes e sete nos pequenos.³⁴

Uma nota editorial do *Correio Paulistano* alertava, no início de 1944, para a desordem urbana: "se não nos disciplinarmos, a vida de cada um de nós se tornará um verdadeiro inferno. Disciplina — eis o grande lema".³⁵ São Paulo está "superlotado" com seus dois milhões de habitantes: "Nunca se viu tanta gente nas 'filas', à espera de ônibus. Os cinemas extravasam. As ruas são formigueiros humanos. Tomam-se os bondes de assalto. Não existem casas onde se leia o tradicional 'aluga-se'".³⁶ Nos pontos de bonde e de ônibus, "a multidão aglomera-se nos locais de parada dos veículos, acotovelando-se na porfia de ficar em posição estratégica para a conquista rápida de um lugar, qualquer que seja, sentado ou em pé. E, à chegada do bonde, um observador neutro pensaria estar assistindo a uma fase de 'rugby', tal a confusão, o atropelo, a concentração fulminante de braços e pernas num infernal tumulto junto aos estribos do carro, como se todos ali estivessem em luta de morte, extravasando ódio por todos os poros, esquecidos da lei e dos dez mandamentos".³⁷

No final de 1944, também pela primeira vez normatizou-se a formação de filas para aguardar os bondes. A fila, no entanto, não foi uma invenção imediatamente aceita para solucionar o tumulto: "Um dos recursos adotados aqui para evitar os atropelos e impaciências da multidão foi o da organização de filas nos lugares em que as aglomerações poderiam dar margem a confusões e desordens como nos pontos de ônibus, bilheterias de estações ferroviárias, de cinemas e teatros, de campos de futebol, etc. A princípio, houve certa relutância do público em obedecer o convite para formar filas".³⁸

O excesso foi regulamentado de várias formas. Sugeriu-se, por exemplo, que os bilhetes de ônibus circulares fossem vendidos nas filas de ônibus e não mais dentro, com os passageiros entrando primeiro na parte posterior do veículo e apenas depois de comprar a passagem podendo sentar-se. Mas em 1944 as filas ainda eram uma "diversão para o transeunte", elas "alargavam-se, ora em retas severas, ora em curvas graciosas, como cinturas de namoradas". Era uma novidade que despertava curiosidade e requeria uma certa etiqueta, escreveu o *Correio Paulistano*. As filas eram um "espetáculo costumeiro e interessante", existindo, "como se sabe, uma 'arte de estar na fila'",³⁹ era preciso lembrar que "disciplina sem estética é um contrasenso. Disciplina sem estética é sinônimo de desordem".⁴⁰ Para esperar, alguns

punham-se numa perna só como os pombos e as cegonhas, outros desmanchavam a gravata, constituindo um "espetáculo de raro pitoresco. Todos os tipos ali se representavam, mostrando os mais díspares e contrastantes matizes da fauna humana".⁴¹

Os pingentes dos bondes e ônibus também eram conhecidos como "paraquedistas". Uma proposta feita em novembro de 1994 ao Conselho Regional do Trânsito de São Paulo sugere que no interior dos bondes abertos, à altura de um homem que viaje, sejam construídas barras paralelas para apoio dos pingentes. O *Correio Paulistano* critica a idéia, escrevendo que os bondes nem comportam passageiros em pé, "não havendo espaço entre o encosto do banco da frente e o assento do banco de trás. Se instaladas fossem as barras, todos ficariam desconfortáveis, com os passageiros em pé roçando a cabeça e a nuca dos da frente e pisando o calo e trocando as pernas com os detrás". Para o jornal, devia-se pleitear o aumento de veículos, sendo as barras só aceitáveis nos bondes fechados, e isto desde que suprimidos os assentos.⁴²

Estas descrições revelam o desconforto causado pela nova escala de descontrolo da multidão e do corpo atingida pela cidade tornada metrópole de massas. Mas qual a relação destas tramas urbanas com a guerra e com o Estado Novo? A disciplina da multidão materializada em fila pode ser entendida como metáfora de alinhamento. Nunca antes a população paulistana, brasileira, fora convocada de forma tão enfática a alinhar-se contra ou a favor, de um lado ou de outro, combinando alinhamento com prontidão, alerta, marcha, fundindo-se aqui ideais do Estado Novo com a prontidão para a guerra, guerra externa contra o nazi-fascismo, guerra interna contra a quinta-coluna e contra o caos urbano, a favor da nova ordem da cidade, contra o surfista kamikaze, em nome de uma ideal de brasilidade construído no negativo dos estrangeiros, principalmente imigrantes japoneses, justamente elogiados na lealdade, ordem e disciplina cooperativa.⁴³ Mas sobretudo, mobilização permanente que um Estado Novo estava, pretensamente, a erigir. O projeto político do Estado Novo, a exemplo de outros projetos conservadores, justificava-se como reação ao suposto descontrolo e fragilidade das estruturas do Estado e implementava políticas de alinhamento e mobilização. A guerra tornou-se a oportunidade máxima de mobilizar e produzir alinhamentos.

Que tenha sido a fila e não outra a solução para o problema dos transportes, que esta tenha sido feita no nível do consumo, e não da produção, como no aumento de carros, há aí uma opção pela disciplinarização do público, aliás, multidão tornada público. Aprender a ficar em fila, que a educação física já ensinava desde os anos 1920, da mesma forma que as

campanhas de civismo, de escotismo e a criação da Juventude Brasileira nos anos 1940, era a forma de organização por excelência do Estado Novo.

Escassez e elegância

As tramas em torno da fila têm ainda um elemento importante a considerar. A lembrança dos carros movidos à gasogênio, durante a Segunda Guerra Mundial em São Paulo, tem ocupado um lugar de destaque nas referências de memória da guerra. A utilização do gasogênio é comumente citada como uma das "privações" a que a população da cidade de São Paulo esteve submetida durante a Segunda Guerra Mundial. Mesmo pessoas que nunca possuíram um automóvel lembram-se do gasogênio e falam dele com a intimidade de quem possuía um automóvel particular. O uso do gasogênio e a falta de pão são os temas mais evocados pela memória dos habitantes da cidade.

A partir dos anos 1920 em São Paulo, quando se consolida o processo de metropolização de São Paulo, o automobilismo torna-se um culto e o automóvel torna-se o mais vistoso objeto do consumo conspícuo, vindo criar-se uma mística em torno dele, de tal forma que o equipamento sucumbe ao símbolo e torna sua utilidade indiferente.⁴⁴ O automóvel é, provavelmente, o mais poderoso e persistente símbolo de poder no espaço urbano, marcando de forma muito precisa e inequívoca uma minuciosa estratificação social. É por isso que uma certa escassez de combustíveis e restrição ao uso de automóveis, especialmente no ano de 1944, terá repercussões na vida e na memória da cidade.

O gasogênio era um aparelho, colocado externamente ao carro, que produzia combustível a partir do carvão vegetal, considerado e chamado de "gás pobre" pela sua baixa rentabilidade enquanto combustível. A fabricação e a utilização do gasogênio durante a Segunda Guerra Mundial foram elementos centrais na propaganda do governo, simbolizando, de certa forma, o esforço de guerra brasileiro, esforço "vencedor", que superava a crise do abastecimento de combustíveis. Em um filme produzido pela Comissão Estadual do Gasogênio em 1944, "Nosso Amigo, o Gasogênio", mostra-se o invento como o símbolo "milagroso" do movimento para o progresso, o "amigo de todas as classes", "popular e querido em todas as classes". Por usar o carvão vegetal, chamado gás pobre, o filme destaca que o gasogênio é "um pobre que fará o Brasil rico".⁴⁵ A propaganda em torno da utilização do gasogênio, feita pelo DIP e presente no imaginário da época, chegando na memória de São Paulo até o presente, e que enfatizava a "pobreza" do gasogênio, "amigo de todas as classes", permitia criar um ideal inter-classes, alinhando pobres e ricos, e engendrando a idéia da guerra como uma

experiência coletiva da qual todos, igualmente, pobres e ricos, eram igualmente vítimas.

Ao mesmo tempo, negociava-se com as autoridades estaduais muitas exceções para as classes médias e as elites nos horários restritivos à circulação de automóveis em São Paulo para ir a festas e sessões noturnas de cinema e os anúncios de publicidade ressaltavam prioritariamente a elegância do gasogênio; seu aspecto chamado de "monstrengo" e "apêndice grotesco e deselegante" eram considerados obstáculos à sua adoção. Uma competição de automóveis de corrida movidos a gasogênio no autódromo de Interlagos, em pleno 1944, tornou o piloto Chico Landi um verdadeiro herói brasileiro, que venceu quaisquer limitações impostas pela guerra.

Enquanto isso, escasseava combustível, piorava o transporte público, o contrato com a empresa canadense Light, responsável pelo sistema de bondes, não era renovado, ônibus eram sonogados pelos empresários para diminuir custos e outros ficavam retidos nas garagens por falta de peças de manutenção — embora objetivamente as dezenas de oficinas surgidas durante a guerra possibilitassem o reparo de muitos dos defeitos existentes. Houve significativas restrições à importação de combustíveis e houve escassez de fato, mas não são estes os fatores determinantes na história urbana da cidade no período, e sim o jogo em que as restrições e a escassez foram articulados pelos empresários para aproveitar-se da situação, e pelo governo, de forma a mobilizar (e produzir politicamente) a escassez. Com a guerra, os conflitos urbanos em torno do desinvestimento sobre o transporte público e a prioridade dada ao automóvel assumiram os ares de uma discussão que parecia ser exclusivamente em torno dos efeitos da Segunda Guerra Mundial.

Assim, mais do que uma consequência da Segunda Guerra Mundial, consequência objetiva que pudesse ser mensurada quantitativamente e cuja dimensão objetiva não pode, no entanto, ser negada, a falta de combustível foi utilizada para criar efeitos de alinhamento e de mobilização por parte do Estado Novo, conjugando mobilização para a guerra, mobilização como ideal do Estado Novo e disciplinarização da multidão em uma metrópole que passava por profundas transformações urbanas.

Esta questão pode ser ainda vista com mais precisão no caso do "pão de guerra", lançado com grande propaganda pelo governo, diante da escassez relativa de farinha de trigo. A mobilização do pão em São Paulo deu-se com o lançamento, por parte do governo federal, de um "pão de guerra", integral, e de preço mais barato que o pão feito de farinha de trigo, "pois o pão constitui, sem dúvida alguma, o principal gênero de alimentação das nossas populações das cidades",⁴⁶ escreveu a revista *O Observador*. Pão e banana, dizia-se, era a alimentação do trabalhador. O pão de guerra foi definido em 4 de setembro de 1942 durante a primeira reunião da Coordenação da

Mobilização Econômica,⁴⁷ órgão criado pelo governo federal para gerir a economia "de guerra".⁴⁸ Em 13 de outubro de 1943, a Comissão de Abastecimento do Estado tabelou o preço do pão.⁴⁹ A fórmula do pão de guerra era baseada em um aumento da extração da moagem do trigo de 70% para 80% a 85%, implicando no aproveitamento de parte dos envoltórios da semente e do germe, o que provoca uma alteração na cor da farinha e um escurecimento do pão (o que na década de 1990 se tornou o preferido, em alguns setores das classes médias e altas, "pão integral").

Além do "pão de guerra", iniciativas como a "Campanha de Vitaminas para o Povo", da "Horta da Vitória" (que deveriam ser plantadas no quintal de casa), campanha do leite, do sapato (logo apelidado "Mobilização"), criavam este efeito de mobilização. Mas, fundamentalmente, instituíam uma clima de suposta privação e de sofrimento coletivos, com intenção de tornar a guerra uma experiência coletiva, que deveria unir todos os brasileiros, independente de distinções sociais. Falta qualquer dramaticidade ao relato da escassez de trigo e da falta de pão. A escassez do pão jamais significou fome em São Paulo e predomina um registro de memória leve e divertido na lembrança das filas, mais atento aos causos do cotidiano e mecanismos para burlar as restrições à venda, como os padeiros "amigos" que entregam pão aos clientes preferenciais, sem respeitar as filas e as restrições. "Na última guerra, dizem que teve racionamento de pão: nunca fiquei em filas para conseguir mantimento. Os donos da padaria eram muito amigos; nunca faltou pão em casa", conta uma senhora.⁵⁰ "Dizem que", conta ela, como se se tratasse de um assunto distante do qual ela, apenas vagamente, ouvira falar. As filas, no entanto, são muito lembradas em relatos de guerra, mas quase sempre como uma curiosidade da memória dos tempos de guerra.

Durante a Segunda Guerra Mundial, na Polônia ou na União Soviética, pão foi muitas vezes o único alimento disponível, sinônimo de sobrevivência física, e sua falta resultou em fome e, certamente, morte por inanição. Não se trata, neste caso, de escassez relativa nem tampouco de uma memória leve e divertida. Foram mais de 24 milhões os mortos soviéticos entre 1941 e 1945 e certamente a existência ou não de pão marcou uma linha divisória na possibilidade de sobrevivência de milhões de pessoas. No discurso do governo brasileiro, a instituição do pão de guerra não era medida apenas destinada a sanar uma escassez ligada à guerra. Integrava-se em uma política de melhorar a alimentação da população, considerando-se que uma população bem nutrida era essencial ao esforço de guerra do front interno, segundo as teorias da guerra moderna e a ideologia do Estado Novo (com concepções de saúde próximas à eugênia). O consumo brasileiro de pão era considerado baixo. Havia nutricionistas que consideravam o pão integral como o "pão do futuro"⁵¹ e como muito mais nutritivo e saudável que os tipos correntes feitos

de farinha branca, cuja extração variava de 60% a 74%, eliminando-se o germe e os envoltórios, servindo-se apenas o endosperma (corpo farinhoso), por conveniências econômicas no uso de moagem industrial.

Apesar de mobilizado no cotidiano e no discurso que o tornava alicerce de uma nação, pode-se dizer que a população impôs uma certa recusa à aceitação do pão de guerra. Na falta de uma escassez alimentar absoluta — como na guerra na Europa, que tornasse uma campanha como a do pão de guerra condição física de sobrevivência — o pão e a mobilização via pão foram rejeitados. Mas não credite-se apenas à inexistência da escassez absoluta a recusa popular. A recusa, pode-se dizer, foi à mobilização em si, à tentativa do governo de mudar a receita e tornar o pão — um arraigado hábito do cotidiano — um fator político da consolidação do front interno.

"O pão endureceu e adquiriu um gosto de milho misturado com areia", escreveu o cronista Jorge Americano,⁵² reitor da Universidade de São Paulo em 1944, engajado no esforço de guerra com a criação dos Fundos Universitários de Pesquisa (FUP). "A população brasileira tem já criado o hábito do pão branco. A instituição do pão de guerra, naturalmente, não será recebida com entusiasmo pelo consumidor acostumado ao pão branco, muito embora este seja mais caro",⁵³ registrou o *Correio Paulistano* em julho de 1944. A população reclamava que o pão tinha gosto de milho. O governo, por sua vez, insistia que "o nosso povo recebeu bem o pão mais escuro e mais saboroso, apreciando devidamente as suas qualidades", segundo Castro Barreto, consultor do Serviço Técnico de Alimentação Nacional, criado pela Coordenação da Mobilização Econômica, sendo que "o número de reclamações é insignificante: são pessoas exigentes, gente refinada, mas uma campanha de propaganda esclarecerá as vantagens nutritivas das farinhas de extração elevada e sua expressão na saúde e no vigor da população".⁵⁴ "Esperávamos que o aumento da extração das farinhas de trigo provocasse entre nós alguns protestos do público, como aconteceu na Inglaterra, devido principalmente ao ligeiro escurecimento do pão. O povo está habituado ao pão de farinha alva",⁵⁵ admitiu Castro Barreto. Na Inglaterra, houve também quem contestasse o valor nutritivo, que cairia com o aumento da extração, baseado na idéia de digestibilidade maior das farinhas de baixa extração. É revelador, no entanto, que, apesar da insignificância no número de reclamações, que partia de "gente refinada", fosse interessante ou necessário fazer-se uma campanha de propaganda. E a campanha insistiria nas vantagens nutritivas e na saúde, uma vez que a cor e o sabor haviam sido rejeitados.

Não foi a guerra que provocou a falta relativa de pão em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial, que, por sua vez, não provocou uma carestia diretamente resultante da guerra. Foi a falta de pão e as filas que trouxeram a

sensação de guerra, o efeito de guerra, ao cotidiano de São Paulo. Foi o alarme da escassez de um produto símbolo da alimentação, de religiosos hábitos cotidianos, que trouxe à cidade de São Paulo a sensação de guerra. Foi o investimento mobilizatório em torno do pão de guerra que fez criar efeitos de mobilização, e sua contrapartida, de recusa à mobilização, de recusa à intervenção do Estado em uma esfera do cotidiano considerada inviolável. Em suma, foi a utilização da escassez relativa pelo governo que criou efeitos de guerra na cidade de São Paulo.

Para entender melhor a escassez relativa, é interessante olhar-se também para a ação efetiva do governo neste campo. Os relatórios produzidos pela Coordenação de Mobilização Econômica, criada para centralizar e coordenar a economia de guerra, afirmam que o órgão foi inteiramente ineficiente em termos de organizar a economia. Em todas as comissões encarregadas de fiscalizar predominavam os industriais e a guerra foi um período de intensa especulação imobiliária, financeira, de preços, de estoques, na agricultura, pecuária, nos transportes, sem qualquer controle efetivo do Estado. As ações de "guerra" — conforme noticiadas na imprensa — contra os especuladores não passavam, em geral, de jogo de cena. No final de 1944, quando ocorreu uma crise de abastecimento de gêneros básicos em São Paulo e o governo estadual fechou a Bolsa de Cereais, ficou evidente que não existia qualquer escassez objetiva significativa, mas a ação premeditada de especuladores. O fechamento da Bolsa de Cereais e uma visita de Getúlio Vargas a São Paulo em dezembro de 1944 foram tratados como operações de guerra, pelo governo e pela imprensa paulistana. A guerra permitia um complexo e inexpugnável jogo de culpas e causalidades. Evidentemente, a própria magnitude da guerra, diariamente manchete dos jornais brasileiros, parecia sempre confirmar a suposta objetividade da escassez.



A Segunda Guerra Mundial definiu a montagem do front interno, a possibilidade de o Estado mobilizar todos os setores civis da sociedade diante da guerra, seja negociando e criando efeitos de mobilização, seja intervindo de forma direta e violenta. Guerras têm sido, na experiência de muitos países, trágicos momentos cruciais de afirmação de algum tipo de experiência nacional de constituir um Estado que seja inclusivo de toda sua população. Em São Paulo, durante a guerra, mesmo quando este discurso foi utilizado, a montagem do front significou o aprofundamento das diferenças sociais e da xenofobia. Se em muitos países a guerra teve como consequência algum tipo de compartilhamento da experiência, relativamente coletiva, de sustentar uma guerra, no Brasil a guerra foi um momento em que se exacerbaram tendências

já definidas pelo Estado Novo: mobilização autoritária e xenófoba da população e exclusão social.

A memória da Segunda Guerra Mundial não foi apropriada pela população nem pelas elites (mesmo como celebração da vitória) e tampouco foi devidamente registrada como história contemporânea de São Paulo e do Brasil. A guerra é considerada um evento "externo" com mínimo impacto sobre o país e com uma participação brasileira que é mais lembrada em um registro de humor, quase desconfiança, como se o Brasil, excluído a priori do mundo, pudesse ter apenas uma presença periférica e risível em um sistema mundial.

O Estado Novo (1937-1945) manteve, de certa forma, a exemplo de tantos outros regimes e movimentos políticos brasileiros ainda muito presentes, uma concepção e pretensão de fundar no Brasil uma civilização original. Para tanto, era preciso criar as bases locais para o desenvolvimento próprio, "robustecer" o povo, expulsar os "indesejáveis" e instituir uma pedagogia cívica que ensinasse os alicerces políticos de um Estado forte, que manteria sua forma particular e original de "democracia" das massas submetida ao líder. Neste sentido, a Segunda Guerra Mundial foi vista como uma oportunidade para fortalecer as bases deste regime, mas sem maior consistência ideológica no que se refere às alianças políticas internacionais. Estes ideais políticos combinaram-se com o discurso e as práticas em torno da organização urbana em São Paulo nos anos 1940 e com um projeto de cidade socialmente excludente, consolidado diante do discurso da emergência, da escassez e da suposta ameaça da multidão descontrolada, personificada da figura do "torpedeiro suicida da armada japonesa".

NOTAS

1. *Correio Paulistano* (de agora em diante CP), 02-12-1944, p. 4.
2. Este artigo resume alguns temas tratados em Cytrynowicz, Roney. *Guerra sem guerra. A mobilização e a constituição do 'front interno' em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial 1939-1945*. Tese de doutorado, Departamento de História/FFLCH/USP, São Paulo (mimeo.). 1998.
3. Para uma história cultural e social da guerra, especialmente da Primeira Guerra Mundial e a idéia de front interno e as novas formas de sensibilidade e cultura engendradas pela guerra, ver Eksteins, Modris. *A Sagração da Primavera*. Rio de Janeiro, Rocco, 1991; Fussell, Paul. *The Great War and Modern Memory*. Oxford, Oxford University Press, 1975; Winter, Jay. *Sites of memory, sites of mourning. The Great War in European cultural history*. Cambridge, Cambridge University Press, 1997; e Keegan, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995 e, do mesmo autor, *O Rosto da Batalha*. Lisboa, Fragmentos, s.d.
4. Seitenfus, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos: 1930-1942*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1985; Gambini, Roberto. *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas*. São Paulo, Símbolo, 1977; Vigevani, Tullo. *Questão Nacional e Política*

- Exterior. Um estudo de caso: formulação da política internacional do Brasil e motivações da Força Expedicionária Brasileira.* São Paulo, 1989. Tese (Doutorado em História) — FFLCH-USP, 1989; Moura, Gerson. *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1943.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1943; do mesmo autor, *Sucessos e Ilusões. Relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial.* Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1991; também do autor, *Tio Sam chega ao Brasil. A penetração cultural americana.* 8ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1995. Uma bibliografia mais faturada encontra-se em Silva, Hélio. *1942-1944: O Brasil na Guerra.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, *Guerra no Continente.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972, *Guerra Inevitável 1939-1942.* São Paulo, Editora Três, 1975, *II Guerra Mundial 1943-1945.* São Paulo, Editora Três, 1975; Carone, Edgard. *Brasil. Anos de Crise 1930-1945.* São Paulo, Ática, 1991, *A Terceira República (1937-1945).* São Paulo/Rio de Janeiro, Difel, 1976. Sobre economia, ver Abreu, Marcelo de Paiva. "O Brasil e a Economia Mundial (1929-1945)". In: Bóris, Fausto (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. III. O Brasil Republicano. 4. Economia e Cultura (1930-1964).* São Paulo, Bertrand Brasil, 1986. Sobre aspectos militares, dois livros jornalísticos têm muitas informações relevantes: Bonalume Neto, Ricardo. *A Nossa Segunda Guerra. Os brasileiros em combate 1942-1945.* Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1995; e Waak, William. *As Duas Faces da Glória.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
5. Parece não haver muita divergência de que mesmo não tendo a FEB cumprido uma participação militar decisiva na guerra (o que, de resto, seria impossível militar e politicamente), os soldados brasileiros lutaram como lutaram soldados de outros países e, sob este ponto de vista, é importante dignificar a memória dos que estiveram no campo de batalha. Os combatentes merecem respeito do pesquisador, à parte a crítica — que não é tema deste artigo — à conduta dos oficiais, do Estado Maior e do governo de Getúlio Vargas. Sobre isso, *Depoimento de oficiais da reserva sobre a FEB.* 2a ed. São Paulo, s.e., 1949.
 6. Villela, Annibal Villanova e Suzingan, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945.* Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975; Prado Júnior, Caio. *História Econômica do Brasil.* 31a ed., São Paulo, Brasiliense, 1985; Lima, Heitor Ferreira. *História Político-Econômica e Industrial do Brasil.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1970; Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1984; Dean, Warren. *A Industrialização de São Paulo (1880-1945),* São Paulo, Difel, 1991; Diniz, Eli. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. Há referências interessantes em Sodré, Nelson Werneck. *Memórias de um Soldado.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
 7. Vargas, Getúlio. *Diário 1937/1942.* Volume II. Rio de Janeiro, FGV/Siciliano, 1995.
 8. Existem talvez entre vinte e trinta diários de guerra publicados, mas que já estão há muito tempo fora da circulação mais comercial e são bastante desconhecidos. O mais conhecido é Schnaiderman, Boris. *Guerra em Surdina.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964. Possivelmente o mais interessante como diário de guerra é Souza, Roberto de Mello. *Mina R.* São Paulo, Duas Cidades, 1973.
 9. Apenas recentemente, um trabalho como Murilo Marcondes de Moura, *Três Poetas Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial (Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meireles e Murilo Mendes).* Tese (doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada). FFLCH-USP, 1998, na área de teoria literária e literatura brasileira, trata de três poetas brasileiros muito importantes que escreveram sobre a guerra: Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meireles e Murilo Mendes. Para o autor, é preciso ler a obra poética destes autores sem um determinismo histórico sobre o campo da criação poética, mas igualmente sem tornar a conjuntura histórica como puramente referencial, apenas uma efeméride. É no espaço entre estas duas concepções que o autor faz uma análise segundo a qual os três poetas estudados estabeleceram uma forte empatia com a guerra na Europa, propondo respostas diferenciadas do ponto de vista literário (e político), sem reduzi-la a um "contraponto fraco de um acontecimento forte".

10. Igel, Regina, *Imigrantes Judeus/Escritores Brasileiros*. São Paulo, Perspectiva, 1997, p. 214.
11. O humor e o deboche como registros aparecem em filmes feitos durante a guerra, como *Berlim na Batucada*.
12. Braga, Rubem. "Um livro honesto", prefácio. In: Silveira, Joel e Mitke, Thassilo. *A Luta dos Pracinhas. A FEB 50 anos depois. Uma visão crítica*. 3a ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Record, 1983, p. 9.
13. Schnaiderman, Boris. *Guerra em Surdina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964, p. 16.
14. Fausto, Boris. *Negócios e Ócios*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 191.
15. A história é contada pelo próprio autor em Cabral, Francisco Pinto. *Um Batalhão da FEB no Monte Castelo*. São Paulo, 1982. Tese (Doutorado em História), FFLCH, USP, p. 6 a 7.
16. Sobre a ideologia do trabalhismo, ver Pedro, Antonio. *Samba da legitimidade*. São Paulo, 1980. Dissertação (Mestrado em História) — FFLCH — USP; e Gomes, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Relume Dumarã, 1994, 2a ed.
17. Schwartzman, Simon (org.) *Estado Novo, um Auto-Retrato (Arquivo Gustavo Capanema)*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982; e Lenharo, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas, Papyrus, 1986.
18. Ainda é tema de debate entre historiadores o caráter ideológico do período Vargas (1930-1945), especialmente dos anos do Estado Novo, entre 1937 e 1945. As conceituações variam entre autoritarismo, ditadura e fascismo, e o mais provável é que o regime Vargas tenha tido núcleos e períodos distintos. Seria difícil, no entanto, aceitar uma definição clássica de fascista ou nazista para o regime Vargas, conforme as tipologias e trabalhos clássicos sobre o assunto, entre eles De Felice, Renzo. *Explicar o Fascismo*. Lisboa, Edições 70, 1976 e outras tipologias.
19. Lesser, Jeffrey H. *Pawns of the Powerful. Jewish Immigration to Brazil, 1904-1945*. Ph.D. Thesis, Department of History/New York University, 1989 e, do mesmo autor, *O Brasil e a Questão Judaica*. Rio de Janeiro, Imago, 1995. Pode-se consultar a documentação diplomática anti-semita em Carneiro, Maria Luiza Tucci. *Anti-semitismo na Era Vargas*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
20. Três exemplos de sambas, o primeiro de exaltação: "Deixei de ser sambista para ser soldado / Troquei o violão por um bom fuzil / Não esperei a Pátria me chamar, o prazer é todo meu / Em defender o meu Brasil" ("Dever de um brasileiro", samba-choro com letra e música de Henricão e Rubens Campos. São Paulo/Rio de Janeiro, Irmão Vitale Editores, 1943. Acervo do MIS-SP). No samba de Haroldo Lobo e Wilson Batista, com o título carioca de "Sabotagem no Morro", de 1945, a ação do governo é equiparada à sabotagem: "Sabotagem no morro / Eu quase que chorei quando alguém me falou / O Salgueiro não sai / Encontrei tamborim de cuíca em pedaços jogado no chão..." ("Sabotagem no Morro", samba de Haroldo Lobo e Wilson Batista, de janeiro de 1945, gravado por Araci de Almeida. Transcrito do Acervo do MIS-SP). Diante da ameaça de proibição do carnaval de 1944, foi composta a música "Haja Carnaval ou não (eu vou cantar)": "Haja carnaval ou não / Eu vou cantar! / Sem um tamborim na mão / Não hei de ficar! / Deixemos de ares tristonhos / devemos buscar distração / No riso, na dança e na graça / Da turma que passa / Haja Carnaval ou não (eu vou cantar)" (Marcha com letra e música de Pedro Caetano e Claudionor Cruz, gravado por Francisco Alves pela Odeon. A partitura é de Irmãos Vitale Editores, São Paulo/Rio de Janeiro, 1944. Acervo do MIS-SP).
21. Bobbio, Pedro Vicente (org.). *Lex. Coletânea de Legislação. Legislação Federal e Marginalia*. São Paulo, LEX, 1943, p. 79-83 e p. 369.
22. *Depoimentos de Oficiais da reserva sobre a FEB*. São Paulo, s.e., 1949, 2a ed., p. 40.
23. "O trabalho em face do momento", do Tte.-Cel. Inácio de Freitas Rolim. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (BMTIC)*, nº 111, nov. 1943, p. 141.
24. O livro de Lesser, Jeffrey H. *Negotiating National Identity. Immigrants, Minorities, and the Struggle for Ethnicity in Brazil*. Durham, Duke University Press, 1998, é uma contribuição original à pesquisa sobre imigração no Brasil, inclusive dos nipo-brasileiros, ao analisar as

- estratégias étnicas elaboradas pelos grupos imigrantes em sua construção, diálogo e oposição em relação ao discurso da sociedade, das elites e do governo.
25. A problemática sobre imigrantes alemães no sul do país é inteiramente diversa da observada na cidade de São Paulo. Sobre os alemães no Sul do país e a associação com o nazismo, ver Seitenfus, Ricardo, *op. cit.*, que é o trabalho mais completo e interessante sobre a problemática dos imigrantes alemães e a guerra. Ver também Hilton, Stanley. *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1983; Gertz, René, *O Fascismo no sul*. Mercado Aberto, 1987; Perazzo, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e os mecanismos de repressão policial no Estado Novo*. São Paulo, 1996, Dissertação (Mestrado em História) — FFLCH, USP; Magalhães, Marionilde Dias Brepohl. "A Alemanha no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial". In: Coggiola, Osvaldo (org.). *Segunda Guerra Mundial. Um Balanço Histórico*. São Paulo, Xamã/Depto de História-FFLCH-USP, 1995, p. 251-266. Sobre prisioneiros alemães de um navio, ver Camões Filho. *O canto do vento. A história dos prisioneiros alemães nos campos de concentração brasileiros*. São Paulo, Scritta, 1995. Sobre italianos, Trento, Angelo. *Do Outro Lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo, Nobel/Instituto Italiano di Cultura di San Paolo/Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1989; Cervo, Amado Luiz. *As relações históricas entre o Brasil e a Itália. O papel da diplomacia*. Brasília, Ed. da UNB/Istituto Italiano di Cultura, 1982. Sobre imigrantes japoneses durante a guerra, pode-se ler o importante memorialista da imigração japonesa Handa, Tomoo. *O imigrante japonês. História de sua vida no Brasil*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1987 e Saito, Hiroshi. e Maeyama, Takashi. *Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil*. Petrópolis/S.P., Vozes/Edusp, 1973 e Lesser, Jeffrey H. *Negotiating National Identity: Immigrants and the Struggle for Ethnicity in Brazil*. Durham, Duke University Press, 1999.
 26. Americano, Jorge. *São Paulo Atual 1935-1962*. S.P., Melhoramentos, 1963, p. 248.
 27. CP, 02-12-1944, p. 4.
 28. CP, 09-02-1940, p. 3.
 29. Em Aidar, José Luiz et alli. *Escola Politécnica 100 Anos*. R.J., Expressão e Cultura, 1993, pode-se encontrar um relato destas transformações na perspectiva da história da engenharia e da indústria de São Paulo.
 30. "Economia e guerra", de Aldo M. de Azevedo. BMTIC, nº 100, dez. de 1942, p. 133-135.
 31. "Como organizar a proteção civil no vosso bairro". *Revista do Serviço Público* (RSP), vol II, mai. 1942, p. 34-36.
 32. "O funcionário público e o esforço de guerra". RSP, vol II, nº 3, jun. 1943, p. 5-2.
 33. Magalhães, Celso de. "A Primeira Vitória". RSP, vol IV, nº 2, nov. 1942, p. 23-25 e "O funcionalismo e as Obrigações de Guerra". RSP, vol IV, nº 2, nov. 1942, p. 3-4.
 34. CP, 19-11-1944, p. 7.
 35. CP, 17-03-1944, p. 5.
 36. CP, 31-10-1944, p. 4.
 37. CP, 12-11-1944, p. 4.
 38. CP, 20-11-1944, p. 4.
 39. CP, 16-01-1944, p. 4.
 40. CP, 16-01-1944, p. 4.
 41. CP, 21-07-1944, p. 1.
 42. CP, 2-11-1944, p. 4.
 43. Os imigrantes japoneses em São Paulo chegaram a ser responsáveis por porcentagem significativa da produção de alguns hortifrutigranjeiros e por meio de um sistema de cooperativa conseguiram uma produção, produtividade e distribuição que colocou em xeque, em alguns produtos, o sistema extremamente concentrado e especulativo que existia em São Paulo. Sobre isso, ver Saito, Hiroshi. "À margem da contribuição de japoneses na horticultura de São Paulo". In: Saito, Hiroshi e Maeyama, Takashi. *Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil*. São Paulo/Petrópolis, Edusp/Vozes, 1973; Padilha, Dráuzio Lemes. *Cooperativa Agrícola de Cotia — cooperativismo que deu certo*. s.l., Cooperativa Agrícola

- de Cotia, 1989 e Ando, Zempati. *Pioneirismo e Cooperativismo. História da Cooperativa Agrícola de Cotia*. São Paulo, Editora Sociologia e Política, 1961.
44. Sevcenko, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole*. São Paulo, companhia das Letras, 1992, p. 73-74.
45. *Nosso Amigo, o Gasogênio*. Filme produzido pela Rex filmes e pela Comissão Estadual de Gasogênio da Interventoria Federal no Estado de São Paulo e distribuído pela Cooperativa Cinematográfica Brasileira, 1944. Cópia da Cinemateca Brasileira.
46. *O Observador*, vol. CIII, p. 165-66.
47. *Economia de Guerra no Brasil. O que fez a Coordenação da Mobilização Econômica*. Vol I — Setor Transportes, Combustíveis e Carburantes. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946; *Economia de Guerra no Brasil. O que fez a Coordenação da Mobilização Econômica*. Vol II — Setor Abastecimento. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946; *Economia de Guerra no Brasil. O que fez a Coordenação da Mobilização Econômica*. Vol. III — Setor Abastecimento. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946; *Economia de Guerra no Brasil. O que fez a Coordenação da Mobilização Econômica*. Vol. IV — Setor Industrial. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946; *Economia de Guerra no Brasil. O que fez a Coordenação da Mobilização Econômica*. Vol. V e VI — Setores Diversos. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946.
48. *Boletim do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de São Paulo* (BDEIP). São Paulo, nº 59, 2º caderno.
49. *Economia de Guerra no Brasil. O que fez a Comissão da Mobilização Econômica*. Vol. II — Setor Abastecimento, p. 80.
50. Depoimento de D. Alice em BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. São Paulo, T.A. Queiroz/Edusp, 1987, p. 71.
51. Barreto, Castro. "O Pão Ideal — O Pão de Guerra". *Nação Armada* (NA), nº 65, abr. 1945, p. 86.
52. Americano, Jorge. *São Paulo Atual 1935-1962*. S.P., Melhoramentos, 1963, p. 253.
53. CP, 04-07-1944, p. 2.
54. Barreto, Castro. "O Pão Ideal — O Pão de Guerra". NA, nº 65, abr. 1945, p. 87.
55. Barreto, Castro. "O Pão Ideal — O Pão de Guerra". NA, nº 65, abr. 1945, p. 87.